

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 124

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE SETEMBRO DE 1998

ANO XXIV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PFL

**LUIZ CARLOS ZUK**

1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**

2º Vice-Presidente - PPB

**LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

3º Vice-Presidente - PMDB

**LUIZ CARLOS MARTINS**

1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**

2º Secretário - PFL

**ANTONIO ANNIBELLI**

3º Secretário - PSDB

**IRONDI PUGLIESI**

4ª Secretária - PPB

**ÂNGELO VANHONI**

5º Secretário - PT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Governo ..... Deputado Valdir Rossoni  
PFL..... Deputado Plauto Miró  
PTB..... Deputado Valdir Rossoni  
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti  
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi  
PT ..... Deputado Péricles H. de Mello  
PDT ..... Deputado Edgar Bueno  
PL ..... Deputado Horácio Rodrigues  
PSN..... Deputado Emerson Nerone  
PSDB.....

## Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
15 DE SETEMBRO DE 1998  
(terça-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Antonio Anni-belli e Carlos Simões.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofício:**

OFÍCIO Nº 447/98 - G.P.

Curitiba, em 15.09.98.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a essa augusta Assembléia, o incluso anteprojeto de lei, aprovado pelo Órgão Especial em sessão de 28 de agosto de 1.998, que altera o Código de Organização e Divisão Judiciárias em seus artigos 30 e 207, criando um cargo de Juiz do Tribunal de Alçada e conseqüentemente um cargo de Assessor Judiciário para auxiliar na sua judicatura.

Valho-me do ensejo para reiterar a V. Exa. meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 15.09.98.

(a) **HENRIQUE CHESNEAU LENZ CÉSAR**  
Presidente do Tribunal de Justiça

**PROJETO DE LEI Nº 384/98**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - O art. 30 e o inciso II do artigo 207, da Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1.980, alterados pela Lei nº 9.210, de 23 de janeiro de 1.990, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 30 - O Tribunal de Alçada, com sede na Capital do Estado e jurisdição em todo o seu território compõe-se de cinquenta (50) Juízes, cujo número, mediante proposta do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, poderá ser alterado.

Art. 207 -...

I -...

II - 50 (cinquenta) Juízes do Tribunal de Alçada

III -...

IV -...

V -...

VI -...

VII -...

Art. 2º - Fica criado na estrutura do Quadro de Servidores da Secretaria do Tribunal de Alçada, um (01) cargo de Assessor Judiciário de provimento em comissão, simbologia DAS-4, que passa a integrar o Anexo V da Lei nº 11.737, de 02 de junho de 1.997.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Alçada.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.98.

## (a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O Tribunal de Alçada do Estado do Paraná é composto, atualmente, por 49 (quarenta e nove) Juízes, que exercem a atividade jurisdicional em 12 (doze) Câmaras, compostas cada uma por 4 (quatro) Juízes, enquanto que o Presidente do Tribunal não exerce atividade nessas Câmaras.

Ao lado da atividade administrativa, tanto o Presidente quanto o Vice-Presidente exercem, ainda, atividade jurisdicional no processamento de recursos para os Tribunais Superiores, a saber: Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal e Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça, além dos respectivos Agravos de Instrumento.

Em virtude do acentuado volume de processos distribuídos ao Tribunal (17.239 em 1.997; 10.544 até 21.8.98), o que acarreta elevado número desses recursos para os Tribunais Superiores, tem sido dividida a competência para o seu processamento entre o Presidente e o Vice-Presidente, estando afeta àquela a matéria criminal e a este, a matéria cível.

No entanto, o Vice-Presidente também compõe uma das Câmaras do Tribunal, o que importa em acumulação de duas funções. Essa situação, em face do já mencionado volume de processos, está insustentável, salientando-se que a elevada carga de trabalho jurisdicional não pode (nem deve) ser prejudicada na sua celeridade.

A solução será a criação de mais um cargo de Juiz do Tribunal de Alçada, o que desvinculará das Câmaras o seu Vice-Presidente, a exemplo do que ocorre com o Tribunal de Justiça, de forma que somente passará ele a exercer atividade jurisdicional nos mencionados recursos, persistindo a sua atividade administrativa também de expressivo volume de serviço, como é a supervisão diuturna da distribuição de processos.

É oportuno acentuar-se, ademais, que, com a criação de mais esse cargo de Juiz do Tribunal de Alçada, o número de componentes deste (cinquenta) possibilitará a perfeita distribuição equitativa do quinto constitucional entre advogados e membros do Ministério Público, na forma do disposto pelo art. 95 da Constituição Estadual.

Faz-se necessário ainda a criação de um cargo de Assessor Judiciário nesta mesma oportunidade, pois está afeto ao auxílio jurídico e administrativo indispensável ao magistrado já no primeiro dia da sua judicatura.

A exemplo da situação atual, os outros 48 (quarenta e oito) Juízes do Tribunal de Alçada já contam com a assessoria, destinada a profissionais portadores do bacharelado em Direito.

## Requerimentos:

## REQUERIMENTO Nº 1566

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, requer, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 15.09.98.

(a) CARLOS SIMÕES

## REQUERIMENTO Nº 1568

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Eloyna Siqueira Silva.

Requer mais, que da manifestação desta Casa, seja dado conhecimento à família enlutada, no endereço abaixo.

Sala das Sessões, em 15.09.98.

(a) ANIBAL KHURY

## JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 09 de setembro, aos 82 anos, a Senhora Eloyna Siqueira Silva.

Nascida em Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, em 17 de novembro de 1916, era filha de Serzedelo Siqueira e de Dona Julieta Siqueira.

Casou-se em 1936 com Antônio Bonfim da Silva, comerciante da região de Colombo, Tamandaré, Rio Branco do Sul, Campina Grande e outras localidades. Enquanto o marido viajava, D. Ceci, como era conhecida, cuidava de um armazém onde morava, na Rua Mateus Leme. Mesmo depois da morte de seu marido, em 1986, continuou trabalhando ativamente, até que os primeiros sinais de doença começaram a debilitá-la. Sempre ativa e dona de um coração sensível, deixou um grande vazio no meio em que vivia.

Deixa Aguiar A. S. Silva (filho), Janet Borsato Silva (nora, Maria Cristina Silva de Hollanda (filha), Fernando Athayde de Hollanda (genro), netos e bisnetos.

## REQUERIMENTO Nº 1554

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Henrique Chesneau Lenz César, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no sentido de determinar estudos para a criação da Comarca de Bituruna.

Sala das Sessões, em 15.09.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Bituruna ostenta atualmente um índice de desenvolvimento que o habilita plenamente a sediar uma das novas Comarcas a serem criadas.

Trata-se de município com uma das maiores reservas de pinheirais nativos do Paraná, com um grande futuro como centro industrial madeireiro, possuindo hoje quantidade razoável de indústrias madeireiras, além de uma comunidade agrícola, com suas terras férteis ao longo de todo o território, com lavouras mecanizadas e de grande capacidade de geração de riquezas.

Servida por rodovia asfaltada, PR-170, ligando à BR-153 (Rodovia Transbrasiliana) do Município de General Carneiro à Guarapuava e outros centros, além de a curto prazo a ligação asfáltica pela PR-446 com os Municípios de Porto Vitória e União da Vitória.

A criação da Comarca de Bituruna, diminuirá consideravelmente a tramitação de processos na Comarca de União da Vitória, atualmente a sede de jurisdição da área, que se encontra constantemente sobrecarregada, o que impede uma prestação jurisdicional mais efetiva.

Estamos certos que o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Henrique Chesneau Lenz César, determinará estudos para tornar realidade as aspirações da laboriosa população que está trabalhando diuturnamente para o progresso do Estado e bem-estar de sua gente, e que por justiça e merecimento deve ganhar a sua Comarca, por esta razão, temos certeza que a nossa expectativa não será iludida e as tradições mais caras da região serão atendidas.

A justiça é, sem dúvida, a pedra angular da sociedade.

De todas as instituições humanas é aquela que mais se aproxima da perfeição.

Com efeito, que seria de nós se não existisse a justiça? Que seria da sociedade entregue ao arbítrio do mais forte?

A justiça, porém para ser eficiente, precisa de sacerdotes. E estes são os juízes.

A criação da Comarca de Bituruna é uma aspiração antiga de toda a sociedade da região.

**REQUERIMENTO Nº 1555**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Henrique Chesneau Lenz César, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no sentido de determinar estudos para a criação da Comarca de General Carneiro.

Sala das Sessões, em 15.09.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Um dos municípios mais progressistas da região Sul do Estado do Paraná, General Carneiro ostenta um índice de desenvolvimento que o habilita plenamente a sediar uma das novas Comarcas a serem criadas.

Muito bem servido por rodovias, General Carneiro é um importante entroncamento na Região Sul do Paraná: por ali passa a BR-153 (Rodovia Transbrasiliana), em demanda ao oeste catarinense, alcançando o Rio Grande do Sul; dali partem a PR-170 (ligando o Suleste aos Municípios de Bituruna, Pinhão e ao Centro Oeste em Guarapuava) e a PR-280 (principal rota de penetração para o Sudoeste paranaense e a fronteira argentina).

Sediando uma das maiores reservas de pinheirais nativos do Paraná, General Carneiro prefigura um grande futuro como centro industrial madeireiro, com as primeiras unidades de transformação já sendo instaladas na sede do município. Ainda mais, nos dias atuais, uma laboriosa comunidade agrícola tornou produtivas as férteis terras de seu território, com lavouras mecanizadas e de grande capacidade de geração de riquezas.

Outro fator justificatório da criação da comarca de General Carneiro, é o fato de que as duas sedes judiciárias atualmente existentes na região são as Comarcas de União da Vitória e Palmas, com uma distância de 150 km. Nesse distante arco territorial, não existe hoje a presença imediata de uma autoridade judiciária e todos sabemos que a justiça pronta é justiça presente.

Ademais, com a criação da pretendida Comarca de General Carneiro, diminuirá consideravelmente a tramitação de processos na Comarca de União da Vitória, atual sede da jurisdição da área, a qual está muito sobrecarregada, o que impede uma prestação juridicamente mais imediata, principalmente agora que se delineia dentro da Constituição a criação da Justiça Agrária, além de outros serviços judiciários especializados.

Tudo o que autoriza a conclusão de que se torna de fundamental importância para a população da região a ser beneficiada com a criação de uma Comarca Judiciária em General Carneiro.

**Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI Nº 383/98

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica aprovada a construção da Usina Elétrica a Gás de Araucária, a situar-se na Região Metropolitana de Curitiba, nas proximidades do eixo do gasoduto Bolívia-Brasil, em fase de implantação.

Art. 2º - A construção da Usina Elétrica a Gás de Araucária está condicionada à discussão do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) em Audiência Pública, com a participação das populações atingidas pelo empreendimento, e à concessão de licenciamento pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com emissão da Licença Prévia (LP), na forma da lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.98.

(a) VALDIR ROSSONI

#### JUSTIFICATIVA:

O abastecimento de energia elétrica no País encontra-se atualmente ameaçado em termos de suficiência, fruto por um lado, do decurso de um período de mais de uma década em que pouco se investiu em novas fontes geradoras e, de outro, pela reativação do processo de desenvolvimento econômico e do conseqüente crescimento do consumo, aspecto no qual nosso Estado se destaca.

A par da insuficiência de crescimento na oferta, a experiência recente tem sucessivamente demonstrado que não é conveniente depender apenas de fontes de geração distantes do consumo, mormente no caso de grandes concentrações de carga, como ocorre na região de Curitiba, uma vez que nesta situação fica-se bastante vulnerável a acidentes no transporte da energia, inclusive em decorrência de fenômenos meteorológicos.

O Estado do Paraná, ocupa posição destacada como um dos mais importantes pólos da região mais industrializada e de maior mercado consumidor da América Latina. Como tal, vem se constituindo uma das mais atraentes opções de investimento, notadamente no setor industrial, com ênfase nos setores automobilístico, metalúrgico, de alimentos e de papel, papelão e celulose. Para o atingimento dessa condição e sua permanência contribuíram de forma proeminente a disponibilidade de mão-de-obra qualificada e a existência de infra-estrutura adequada.

Essas qualidades, que conferem ao Estado do Paraná um dos menores índices de desemprego do País, trazem no seu bojo diversos encargos advindos de taxas anuais elevadas de crescimento, além da permanente responsabilidade pela manutenção da qualidade, continuidade ou, no mínimo, da estabilidade desse desenvolvimento.

Um dos aspectos fundamentais da infra-estrutura considerada tem sido o da suficiência de energia elétrica no intuito de garantir o adequado abastecimento ao Estado do Paraná. Para tanto é necessário que se continue a buscar opções capazes de conciliar esta necessidade com a de adoção de formas de expansão da geração, ao mesmo tempo, próximas do consumo, de implantação rápida e ambientalmente adequadas.

O atual pressuposto de rapidez é fundado na circunstância de que, durante mais de uma década, houve uma sensível desaceleração no programa de expansão da geração de energia no País, com uma contemporânea queda no crescimento do consumo e exaustão do esquema de suporte financeiro a esse fim destinado. Quando a tendência se inverteu, mormente após a consolidação do chamado Plano Real, foi necessário identificar e adotar novas formas de retomada do processo de implantação de usinas.

Os investimentos já sinalizados para os diversos setores da economia do Estado somam vários bilhões de dólares para o período de 1998 a 2002. Além disso, o Governo estadual vem aplicando elevados montantes de recursos, que deverão totalizar US\$4 bilhões, para a melhoria das condições de infra-estrutura do Estado, com inegável efeito multiplicador sobre a economia, o que deverá ampliar ainda mais o volume de investimentos privados.

No campo específico de energia elétrica, o mercado da COPEL em 1996 apresentou um crescimento de 6,7%, três pontos percentuais acima da previsão elaborada em 1995, com um consumo fechando em 13.503.295 MWH. Em 1997 o consumo novamente superou as previsões feitas em 1996, crescendo cerca de 6% em relação ao mercado verificado no ano de 1996. Isto significa que, a permanecer a tendência, o mercado de energia no Estado do Paraná duplicará em aproximadamente 10 anos, implicando a necessidade de injetar-se no sistema elétrico, a cada ano, uma quantidade adicional de energia suficiente para atender uma cidade do porte de Londrina.

Apesar da vocação para exportador de energia que o Paraná ostenta, principalmente por estar localizado perto dos grandes centros consumidores, e por possuir uma configuração e dimensão de bacias hidrográficas que dotaram o Estado de grandes fontes de geração a custos competitivos, o parque gerador disponível à COPEL está se tornando rapidamente insuficiente para atender à crescente carga do seu mercado.

Grande parte dos investimentos industriais em andamento ou previstos no Estado do Paraná estão ou estarão localizados na RMC, principalmente aqueles ligados aos setores metal-mecânico (automobilístico, autopeças e metalúrgico), ciment-

eiro e químico, como dá-se, por exemplo, no caso das montadoras de veículos Renault, Chrysler, Audi, etc. Além disso, está prevista a ampliação da capacidade produtiva de várias indústrias já instaladas nesta região, como a Eletrolux e a refinaria de Araucária.

Por outro lado, não é adequado que grandes concentrações de carga, como é o caso da Região Metropolitana em consideração, dependam apenas de fontes de geração distantes, já que isso implica que a continuidade do abastecimento estará permanente e exclusivamente na dependência de troncos de transporte de energia que se desenvolvem ao longo de grandes percursos. Vale lembrar que ocorrências recentes nas linhas de transmissão de Furnas, que conduzem a energia gerada em Itaipu para abastecer as regiões Sul e Sudeste do País, provocaram sérias interrupções nessas áreas, em função, inclusive da baixa reserva de capacidade atualmente disponível no sistema de geração elétrica brasileiro.

Para fazer face ao crescimento da demanda de energia elétrica já referido e garantir a manutenção de níveis de atendimento adequados, afigura-se como essencial a implantação, em curto prazo, de uma usina elétrica de porte compatível na região. Além de vantagens imediatas para a RMC no aspecto de redução nos riscos de interrupção do fornecimento de energia, a nova usina proporcionará benefícios significativos ao próprio sistema de transmissão da Região Sul do Brasil, dada a maior robustez e confiabilidade a ser conferida ao sistema tornando-o apto a suportar melhor eventuais emergências nas linhas provenientes das usinas Governador Bento Munhoz e Governador Parigot de Souza, reduzindo ainda perdas elétricas e melhorando os níveis de tensão em condições variadas de operação. É adequado ressaltar-se que a implantação de projetos termoelétricos próximos a centros de carga constitui-se por si só em vantagem, visto não serem requeridas grandes extensões de linhas de transmissão, com os seus correspondentes custos de implantação e operação, inclusive ambientais.

Nesse contexto a opção que se apresenta para que seja obtido, no curto prazo, o incremento de potência instalada necessário ao atendimento do rápido crescimento de demanda previsto, é a construção de uma usina termoelétrica a gás natural, empreendimento cujo prazo de realização é da ordem de 22 a 24 meses. Essa hipótese conta com um pressuposto essencial para a sua viabilidade, associado à construção, já em andamento, do gasoduto Bolívia-Brasil e sua extensão para o Sul do País, num trajeto que, apropriadamente, passará pelo Município de Araucária, na RMC.

O empreendimento Usina Elétrica a Gás de Araucária constitui-se em uma termoelétrica com

aproximadamente 480 MW de potência líquida, empregando tecnologia de ciclo combinado, com duas turbinas a gás de aproximadamente 150 MW, duas caldeiras de recuperação de calor e uma turbina a vapor de aproximadamente 180 MW.

Nesse tipo de instalação para a produção de energia elétrica o gás natural, a partir de sua queima inicial, produz gases de combustão que são expandidos através das turbinas a gás, produzindo nelas um quantitativo inicial de potência que irá acionar os alternadores (geradores elétricos) a elas acoplados. Na seqüência, os gases quentes de exaustão das referidas turbinas, são dirigidos às caldeiras de recuperação de calor, onde utilizarão esse conteúdo calórico na transformação da água em vapor. Esse vapor expandirá, por sua vez, na turbina a vapor, produzindo um segundo quantitativo de potência destinada a acionamento de um terceiro alternador.

Integrarão adicionalmente a Usina os seguintes sistemas auxiliares mais importantes:

- Alimentação de gás natural;
- Água de refrigeração com utilização de torre úmida em circuito fechado;
- Tratamento de água para o processo;
- Instrumentação e controle;
- Ar comprimido para serviços gerais e instrumentação.

Tendo em vista a necessidade de conciliar os pressupostos e necessidades anteriormente comentados, o sítio preferencial para a implantação da Usina deverá ser local de fácil acesso próximo ao gasoduto Bolívia-Brasil e próximo à Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR, no Município de Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba.

A geração de energia elétrica mediante combustão de gás natural é destacada pelo fato de constituir, no âmbito das modernas tecnologias de geração de eletricidade, uma das que apresentam menores impactos ambientais. Não obstante este referencial já amplamente favorável, a Usina de Araucária deverá ser objetivo de um abrangente procedimento de licenciamento ambiental, o qual deverá antecipar qualquer impacto atual ou futuro, proporcionando a identificação dos efeitos e a adoção de medidas mitigadoras adequadas e aceitáveis, aspectos que serão expostos, apreciados e debatidos contemplando, inclusive, a oportunidade para consulta e manifestação popular, através de audiência pública.

Cumprida a etapa inicial acima, que deverá culminar na emissão da Licença Prévia (LP), será desenvolvido o projeto básico ambiental do empreendimento, ao longo de cuja implementação serão equacionadas de forma aprofundada as soluções técnicas necessárias a que todos os efeitos de cunho ambiental originados no empreendimento fiquem contidos dentro dos padrões recomendáveis

pelas normas e regulamentos aplicáveis. A submissão ao IAP, seguida da apreciação e aprovação do referido projeto pelo Instituto, ensejará a emissão, por sua vez, da Licença de Instalação (LI), credenciando os empreendedores a darem início às atividades de implantação, propriamente dita, da Usina.

Concluída a fase de implantação o IAP será novamente solicitado a pronunciar-se sobre o empreendimento, o que será concretizado através da emissão da licença de Operação (LO), procedimento que passará a ser objeto de apreciação e renovação periódica a cada quinquênio, ao longo de toda a vida útil da instalação produtora de energia.

A presente Proposição está amparada no artigo 209 da Constituição Estadual e também em conformidade com a Legislação que rege a matéria, tanto sob o aspecto da produção energética quanto da preservação do meio ambiente (Lei Federal nº 9.074 de 07.07.95, Decreto Federal nº 2.003 de 10.09.96, Lei Estadual nº 11.740 de 19.06.97, Portaria DNAEE nº 19 de 29.01.97, Ofício 37/97 - IAP/DIRAM de 25.02.97).

PROJETO DE LEI Nº 385/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância (APMI), com sede no Município de Céu Azul e foro no Município de Matelândia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.98.  
(a) ÉLIO RUSCH

PROJETO DE LEI Nº 386/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É concedido título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Sr. Roberto Demeterco, natural de Curitiba, empresário do ramo supermercadista, Diretor Geral do grupo empresarial - Demeterco & Cia Ltda. - Supermercados Mercadorama, pelos relevantes serviços prestados à população paranaense, notadamente na área social, gerando milhares de empregos, e por conseguinte sendo de vital importância sua participação na economia do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.98.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A proposição em conceder Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao empresário Roberto Demeterco, Diretor Geral da Empresa Demeterco & Cia Ltda., do qual faz parte a Rede de Supermercados "Mercadorama", sediada em Curitiba e com lojas também em Maringá, entendemos ser uma justa homenagem, pelo que tem realizado ao longo dos anos, tanto na área social, gerando milhares de empregos, assim como sua participação econômica no âmbito estadual, tem sido de vital importância e do conhecimento público.

Tudo começou, através de seu avô Pedro Demeterco, em 1.914, na Praça Tiradentes, nesta Capital, com pequeno comércio então denominado "Armazém Demeterco".

Sendo que anos depois, assumiu a Direção da firma o Sr. José Luiz Demeterco, pai ora homenageado, Sr. Roberto, que em 1.977, assumiu a Direção do grupo empresarial, que conta também com a participação de outros familiares na Direção das empresas.

A nominada empresa, sob o comando do Sr. Roberto, emprega diretamente 4.000 mil funcionários, distribuídos entre suas 13 lojas, sendo 10 supermercados e 3 hipermercados, nesta Capital e Maringá.

Pelo exposto, constata-se, que a participação dada até o momento pelo homenageado, seus antecessores e demais diretores, tanto na área social, como na área econômica é muito grande e digna de reconhecimento por parte do poder público e estadual, pois o espírito empreendedor do Homenageado tem propiciado tudo isso e promete muito mais contribuição sob todos os aspectos.

É um paranaense, que honra sua terra e muito nos orgulha em poder contar com sua inteligência e sensibilidade, características que os distinguem e o destacam no cenário paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 387/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, "post mortem", ao Senhor Maurício Roslindo Fruet.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

Maurício Fruet, advogado, jornalista, produtor rural, nasceu em 12 de agosto de 1939. Foi eleito Vereador em 1968 pelo MDB, Partido que comandou na Câmara Municipal de Curitiba, Deputado Estadual em 1972 e 1976, Maurício Fruet foi eleito para a Câmara Federal em 1978 e reeleito com a maior votação do Paraná em 1982.

Prefeito de Curitiba, exercendo o cargo entre 1983 e 1985, foi considerado o mais competente do País, segundo o Jornal Folha de São Paulo. Democratizou a administração da cidade, aumentando o número de creches municipais, elevando o número de 26 para 101; os postos de saúde de 13 para 60; as salas de aula de 763 para 1337 e casas e apartamentos populares de 20.294 para 38.578.

Outra vez Deputado Federal mais votado em 1986, Maurício Fruet destacou-se na constituinte, justificando o fato de ter sido pela segunda vez o Deputado paranaense mais votado. Foi considerado pelo DIAP, órgão representante dos trabalhadores, como Parlamentar "muito respeitado por sua seriedade e competência política", tendo um dos melhores índices de presença. Apresentou ainda mais de 200 emendas, dentre estas a que institui a participação dos Estados nos "royalties" na produção energética, que é ainda hoje de grande importância para nosso Estado.

Recebeu na década de 90, o Título de Parlamentar do Ano, por sua decisiva contribuição em favor dos interesses nacionais. Foi Secretário de Estado de Ciências e Tecnologia, Ensino Superior e Presidente da Fundação Pedroso Horta, órgão de Estudos do PMDB do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 388/98

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, o "Centro de Formação São Francisco de Assis", com sede e foro na Cidade de Manguueirinha.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O Centro de Formação São Francisco de Assis, fundado em 27 de fevereiro de 1972, registrado no Cartório de Registro Oficial de Títulos e Documentos da Comarca de Coronel Vivida, no Livro A-1, de

Registro de Pessoas Jurídicas às fls. 26 verso nº de ordem 22 no mês de dezembro, dia 12 do ano de 1977, cujos estatutos foram publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná no dia 05/12/1977 - página 49.

O Centro de Formação São Francisco de Assis de Manguueirinha, de acordo com seus estatutos tem por finalidade prestar assistência social. É uma sociedade de caráter beneficente, caritativa, educativa, cultural e instrutiva que tem por norma o ensino e a formação moral da juventude da Paróquia de Manguueirinha, tendo a sua sede a Av. Iguaçu, 485 naquela cidade. É o que vem acontecendo, como poderá ser verificado pelo relatório das atividades e pelas declarações do Exmo. Sr. Prefeito Municipal.

Pela Lei nº 416/74 de 05 de março de 1974 (xerox em anexo) foi o Centro de Formação São Francisco de Assis declarado de Utilidade Pública Municipal.

Portanto, o Centro de Formação São Francisco de Assis, está perfeitamente enquadrado na Lei 6996/78 que dá normas para declaração de Utilidade Pública Estadual.

A referida entidade merece ser declarada de Utilidade Pública Estadual, para que possa fluir das prerrogativas decorrentes e aperfeiçoar ainda mais suas atribuições sociais em benefício de um conjunto significativo de pessoas.

Anexamos:

01) - Estatuto da Entidade, devidamente autenticadas as suas páginas tabelionato da Comarca.

02) - Documento de registro da entidade no Cartório do registro Civil da Comarca;

03) - C.G.C. da entidade 71.661.264/0038-87;

04) - Declaração da composição da atual Diretoria;

05) - Declaração do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Manguueirinha;

06) - Relatório das atividades da mencionada entidade;

07) - Xerocópia da Lei Municipal nº 416/74 de 05 de março de 1974;

08) - Atestado de Registro no Serviço Público Federal do Ministério da Ação Social - Conselho Nacional de Serviço Social.

PROJETO DE LEI Nº 389/98

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Basketball, com sede e foro nesta capital, sita à Rua Praça Plínio Tourinho, s/n nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.98.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente e Srs. Deputados, compareço nesta tribuna para mais uma vez fazer um apelo ao Governo do Estado do Paraná, solicitar, evidentemente, o empenho da Liderança do Governo, e dos Deputados que integram o bloco de apoio ao Governo nesta Casa, no sentido que determine serviços imediatos no sentido de recuperar a Rodovia que liga a localidade de Caetano Mendes, mais conhecido como Paripá, passando essa Rodovia por Reserva, Cândido de Abreu, chegando até Manoel Ribas e até o Distrito de Bela Vista no município de Nova Tebas.

Faço esse apelo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque por diversas vezes já solicitamos através de ofícios, telefonemas, ao DER, Secretaria dos Transportes, que recupere aquela Rodovia, que desenvolva um projeto de reconstrução daquelas Rodovias; ou que numa medida mais rápida e simples determine uma operação tapa-buracos.

Nós, que por aquelas Rodovias trafegamos praticamente todas as semanas, temos visto realmente o Estado deplorável em que se encontra essa estrada. Em alguns trechos é quase impossível se trafegar dentro das velocidades permitidas, tem que praticamente parar o veículo dado os buracos que existem. E tenho certeza que em função das chuvas que caíram nos últimos dias os buracos e as crateras aumentaram em tamanho e também em número naquela Rodovia. E é uma Rodovia importante, porque com o advento do pedágio na Rodovia-376 que liga a Região de Maringá, Apucarana, passando por Ortigueira, Ponta Grossa e vindo até Curitiba, muitas são as pessoas que optam por desviar a sua rota por aquela estrada, saindo muitas vezes de Campo Mourão, vindo a Nova Tebas, Manoel Ribas, Reserva, chegando a Ponta Grossa; outros saindo ali da região Central do Paraná. E é evidente que os riscos de se trafegar nessa estrada estão cada vez maiores, não foi uma, nem duas e tenho certeza que não será a última vez que ao trafegar por aquela estrada a gente depare com veículos tombados à margem da Rodovia, ou veículos trocando pneus porque esses pneus foram cortados por essas crateras existentes.

Outro apelo que faço ao Governo do Estado do Paraná é que determine a imediata reconstrução

do acostamento da Rodovia que liga Manoel Ribas a Ivaiporã.

Em 1994 o então Governador Mário Pereira promoveu licitação através do DER, para que fosse reconstruído o acostamento nesse trecho entre Manoel Ribas e Ivaiporã. O Governador Requião e o Mário Pereira, haviam reconstruído a Rodovia de Guarapuava/Turvo/Pitanga/Manoel Ribas, propiciando àquela Rodovia uma sinalização espetacular, tanto horizontal como vertical. E também promoveu, naquela época, o Senhor Mário Pereira, nosso Secretário dos Transportes e depois Governador, a reconstrução total do acostamento da Rodovia que liga Ivaiporã até Mauá da Serra.

Fazia parte deste complexo de reconstrução de acostamento, rodovia, sinalização, todo esse trecho: Mauá, Faxinal, Cruzmaltina, Lidianópolis, Jardim Alegre, Ivaiporã, Manoel Ribas, Pitanga, Turvo e Guarapuava. Faltou apenas e tão somente, ser executada a reconstrução do acostamento da Rodovia entre Manoel Ribas e Ivaiporã, numa extensão de 37 km. Sendo que desses 37 km, poderia dizer aos nobres colegas, que pelo menos nuns 10 km não há necessidade de se fazer nada porque o acostamento está muito bom. Apenas uma sinalização horizontal e melhorar a sinalização vertical da Rodovia.

Então, faço esse apelo porque essa solicitação existe, tem empresa vencedora da concorrência que foi homologada na época pelo Governador Mário Pereira, pelo Secretário dos Transportes, Dr. Blazi, e falta apenas a ordem de serviço para que isso aconteça. E devo dizer, que tenho notado nesta Rodovia o aumento do tráfego de veículos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que certamente demanda a Região Oeste e Centro Oeste do País. pelas informações que temos tido, em conversa com caminhoneiros que trafegam por essas estrada, eles estão optando fazer esse trajeto: vindo do Rio Grande do Sul, passando por Pato Branco, Guarapuava, chegando a Ivaiporã, indo a Londrina, justamente para desviarem o pedágio que está implantado na Rodovia 277 e 376.

O apelo que fazemos, é no sentido de que o Governo do Estado determine a reconstrução do acostamento, porque além de ser uma Rodovia bastante movimentada, ela apresenta um tráfego muito intenso de máquinas agrícolas, como colheitadeiras, principalmente nesta época em que se colhe o trigo. E essas máquinas não têm comandado pelo acostamento, porque a Rodovia está impraticável em muitos trechos, com desníveis de quase 1/2 metro entre o asfalto e o acostamento que hoje não é mais um acostamento, é um buraco.

Então, peço à Liderança do Governo, à sua assessoria, aos Senhores Deputados, que entrem em contato com o DER, para saberem a razão pela qual

há 4 anos a licitação está pronta, homologada e não se reconstrói o acostamento da estrada que liga Manoel Ribas a Ivaiporã. Faço esse apelo porque temos notado realmente a dificuldade que enfrentam os motoristas, os trabalhadores rurais ao trafegarem com suas máquinas agrícolas, e o risco que todos nós estamos correndo ao trafegar por essas Rodovias. A de Ivaiporã a Manoel Ribas por não possuir o acostamento digno e adequado. E a de Manoel Ribas a Cândido de Abreu, Reserva, Posto Paripá, por estar esburacada, apresentando uma grande dificuldade ao se trafegar por essas estradas. Peço providências para que não tenhamos que lembrar episódios desagradáveis no futuro.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Horário das Lideranças.

PFL (**Declina**).

Passo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni, Liderança do PT.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Hoje trago um assunto de muita importância para o debate aqui na Assembléia Legislativa. Venho fazer a denúncia e tornar público o processo que tramita na justiça do Estado do Paraná, na Comarca de Paranaguá, a respeito do Porto de Paranaguá.

O Deputado Romannelli, como tem muito conhecimento dessas questões... Veja só Deputado, processo licitatório no Porto de Paranaguá, a respeito do pátio de caminhões do Porto de Paranaguá. A empresa Milênio de Armazéns Gerais, notificou através de documento o Senhor Ilmo. Presidente da Comissão Especial de Licitação, de que foi procurada durante o processo do Edital, de que as propostas já tinham sido entregues. Essa empresa é de São Paulo e através do seu advogado e do seu representante no Paraná, protocolou esse documento na Administração do Porto, de que foi protocolado em nome do Porto de Paranaguá, solicitando trezentos mil reais, para um "tal" de Sr. Osmar, a título de contribuição para a campanha. Caso a empresa não contribuísse, o processo licitatório seria cancelado. Este documento foi protocolado junto a Administração do Porto. Pois bem, vejamos o que aconteceu: a Licitação foi feita, várias empresas concorreram, apenas duas ficaram para a abertura do processo, esta e uma outra empresa aqui no Paraná, a empresa Andraus. O Governo do Estado infelizmente adiou a abertura dos documentos por razões administrativas. A empresa Milênio acaba de entrar com um Mandado de Segurança na Justiça, relatando todo o processo para a Justiça do Estado do Paraná, na tentativa de extorsão, segundo

a empresa, no valor de trezentos mil reais, para que o processo licitatório fosse aberto.

A data do protocolo, quando a empresa Milênio foi abordada e a tentativa de extorsão aconteceu, é anterior ao cancelamento da abertura dos contratos. Então, é como se o sujeito que procurou o empresário dono da Milênio, tivesse a certeza absoluta e é verdade, de que aquilo que ele estava dizendo, fosse realmente acontecer. Olha! se não contribuir com 300 mil, não será levado a cabo o processo licitatório. A empresa Milênio não concordando com esse ato ilícito notificou a Administração do Porto. Vejam só, coincidentemente, o processo passado um mês e meio depois, foi suspenso, depois que ela, do ponto de vista técnico, junto com uma outra, ficaram apenas as duas como concorrentes. A empresa Milênio percebendo que havia algo de muito verdadeiro na tentativa de extorsão, e de que quem teria o procurado teria todas as condições de garantir de que o processo seria barrado, porque o processo foi um mês e meio depois barrado, e eles pediram providências do Porto de Paranaguá que abrisse uma sindicância, abrisse todo um processo administrativo. Afinal de contas, uma tentativa de extorsão estava se realizando. Agora, entraram com um Mandado de Segurança na Justiça do Estado do Paraná.

Queria dizer aos Senhores Deputados, que estamos entrando com uma petição junto ao Ministério Público, em nome da Procuradoria de Divisão de Preservação do Patrimônio Público do Estado do Paraná, que abra um processo para averiguar esta situação. Estaremos encaminhando um requerimento junto ao Secretário de Transportes, para que solicite o comparecimento do Sr. Ozires Guimarães, para que ele dê notícias de quais os procedimentos que foram tomados pela Administração do Porto de Paranaguá, por um processo de tentativa de extorsão protocolado na Administração do Porto, em que um dos acusados é o próprio Superintendente e mais ainda, um processo que está tramitando na Vara Cível na Comarca de Paranaguá.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli

Concede-me um aparte, Deputado Ângelo Vanhoni.

(**Assentimento**)

Creio que o fato que Vossa Excelência traz a esta Casa é muito grave e, certamente, deve merecer uma resposta por parte deste Governo. Agora, dentro do Ministério Público devemos representar junto também a justiça eleitoral, porque há um crime eleitoral, se alega aí caixa de campanha. De quem, nós não sabemos.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Vou ler o registro da Polícia.

“DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL  
DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Subdivisão Policial do Interior  
Delegacia de Polícia Civil

C E R T I D ã O

Certifico que, atendendo solicitação verbal, de parte interessada, reví o Arquivo de Queixas, tendo encontrado uma queixa com o seguinte teor: B.O. nº 1995/98 de 30.06.98. Natureza: Tentativa de Extorsão. Vitima: MILÊNIO ARMAZÉNS GERAIS LTDA., aqui na pessoa do Senhor Vitalino Mafiolati. Histórico: Às 9:20 hs. compareceu nesta D.P. o senhor acima mencionado, formulando queixa que em data de 29.06.98 por volta das 18,15 hs apareceu um homem se dizendo chamar-se Oscar, que lhe chamou através do muro da empresa, que lhe disse que ali estava em nome do Senhor Ozires S. Guimarães, e que ali estava com a finalidade de pegar um cheque no valor de trezentos mil reais, que seria para o fundo de campanha, caso contrário a licitação que a referida empresa participa, e que os envelopes de preços serão abertos hoje, licitação esta, referente ao Pátio de Triagem, seria cancelada. Diante da resposta negativa, o tal de Osmar, se retirou e embarcou em um veículo que o esperava na esquina, que provavelmente seria um Gol, de cor branca. Era tudo o que havia.

Paranaguá, 30 de junho de 1998.

(a) LEONEIL DO AMARAL BARBOSA  
RG 2.866.616”

Esta é a queixa formulada na Polícia. Depois aqui temos a documentação enviada ao Presidente da Comissão de Licitação do Porto de Paranaguá, em nome também do Senhor Vitalino Mafioleti, representante das Empresas Milênio, relatando o mesmo processo. E aqui, diante da falta de perspectiva de uma solução e uma averiguação por parte da administração do Porto, há um processo na Comarca de Paranaguá, de um mandado de segurança contra o que está correndo neste processo licitatório.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli**

Concede-me um aparte?

**(Assentimento).**

Creio que os documentos que Vossa Excelência possui são extremamente graves. Embora esse Governo tenha a política do “avestruz” de não responder questões dessa gravidade. Penso que o Superintendente do Porto de Paranaguá, Ozires Guimarães, que foi o responsável da entrega da FERROESTE a um preço vil, certamente deverá dar uma explicação, porque aquilo que a empresa anunciou que iria acontecer, acabou acontecendo.

É quase que uma confissão. Não sei se ele consegue ter uma explicação para ter suspenso o procedimento licitatório. Se chegaram duas empresas ao término do procedimento licitatório, certamente uma delas deveria vencer e ser contratada. Também cabe uma representação junto a Justiça Eleitoral. Caracteriza um crime eleitoral. Descobrir de quem é esse caixa de campanha. Dever ter alguém precisando de muito dinheiro, para uma campanha milionária.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Não precisamos levantar nenhuma suspeita e nenhuma calúnia, leviandade, a respeito do Superintendente do Porto de Paranaguá, mas de fato há uma acusação de um processo de extorsão de uma empresa, onde o processo foi cancelado.

A abertura foi cancelada. A abertura dos envelopes está cancelado até agora. E há um mandado de segurança na justiça, pedindo a abertura do processo.

Requeiro o Horário da Liderança do PSDB, do PMDB e do PFL, só para concluir, Senhor Presidente.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)**

A Mesa não pode censurar o autor que na tribuna faz uma denúncia extremamente grave. Foi concedido de acordo com esta Presidência e com o pedido das Lideranças os Horários das Lideranças. Vossa Excelência, como Presidente, sabe que tem que ser um escravo do Regimento, cumprir o Regimento e dar o tempo para o autor.

O comentário que Vossa Excelência fez, embora fosse de caráter pessoal, é uma censura a um Parlamentar que está abordando um tema de mais alta relevância. Sei, Deputado Neivo Beraldin, que Vossa Excelência é um homem que está atento aos graves problemas do nosso Estado.

**O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)**

Apenas lamento que Vossa Excelência esteja nervoso. Não deveria, porque tem uma campanha tão boa!

Está com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Quero fornecer o aparte ao Deputado Caíto Quintana.

**O Sr. Caíto Quintana**

Deputado Vanhoni, aqui há um quórum reduzido na Assembléia, mas o assunto é de suma importância, não pelo fato, que seja: atinge ou deixa de atingir a Superintendência do Porto. Mas, se permitirmos que a Administração tenha denúncias

como essas - e elas não forem averiguadas, é o caos. Conheço e conheci fatos bem menores do que esse, aonde aprofundou-se as investigações para poder sentir a veracidade de uma denúncia como essa.

Não há como, Deputado Vanhoni, exigir moralidade do serviço Público, de governante nenhum, que admita que uma denúncia como esta passe em branco, sem suspeita. E podemos nos acostumar a ficar conversando, não dando muita importância numa Sessão meio morna, meio vazia, há uma denúncia dessa natureza sem nos criar espanto, porque, afinal de contas, sendo situação ou oposição, creio que todos temos um desejo só, que é a moralidade do Serviço Público. Se não todo o resto é palavra, todo o resto está perdido. Acho que tem que insistir nesta questão, mesmo que retorne a discussão pública novamente, para exigir que se faça uma fiscalização a respeito do que Vossa Excelência traz nessa Tribuna.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

Quero dizer aos Senhores Deputados, que estou pensando o Requerimento, solicitando o Requerimento do Secretário de Transporte e do Superintendente do Porto de Paranaguá, para que faça explicações ao Poder Legislativo a respeito deste processo e estou entrando com uma representação junto ao Ministério Público e acato a sugestão do Deputado Romanelli, também a Justiça Eleitoral.

Rapidamente, gostaria de trazer o informe a respeito do processo licitatório da compra de computadores no Estado do Paraná.

Deputado Horácio Rodrigues, veja só, estou com a cópia da nota fiscal entregue as escolas do Estado do Paraná, da compra de teclado, de monitor digital 14 polegadas, microcomputador, mouse. Enfim, um kit que foi distribuído para as escolas públicas do Estado do Paraná, preço total da fatura: 4.338 reais.

Fiz uma pesquisa nas lojas do varejo, Arapuã, etc. Preço total: 117%. Vejam só, preço total do mesmo kit: 2.143 Reais, para compra de uma unidade.

Estamos falando dos computadores que a Secretaria de Educação, através da FUNDEPAR comprou e distribuiu para as escolas públicas o seu kit, pagando 4.338 Reais. Fiz pesquisa e esse mesmo kit nas lojas do varejo, para comprar uma única unidade, o valor: 2.143 Reais: cento e dezessete por cento a mais de superfaturamento na compra.

Sendo que as compras realizadas pelo Estado do Paraná são isentas de impostos. A nota fiscal está aqui, sem imposto, isento.

Temos que abater ainda a isenção de impostos.

Neste sentido, gostaria que os Senhores Deputados aprovassem um Requerimento para que a

Secretaria e a FUNDEPAR pudessem tecer esclarecimentos a respeito deste processo licitatório antes que nós, numa suspeição apenas, levássemos este caso à Justiça do Estado do Paraná.

Então, está aqui a documentação e qualquer membro do nosso Parlamento poderá averiguar inclusive os preços. Fizemos cotação em três empresas e constatamos, a princípio, esta grave irregularidade de superfaturamento na compra de computadores para as Escolas Públicas do Paraná.

Senhor Presidente, Neivo Beraldin, gostaria que Vossa Excelência colocasse em votação este Requerimento que pede explicações ao Superintendente da FUNDEPAR e ao Secretário de Educação, que é a autoridade maior, para que esclareçam ao Poder Legislativo o porquê desta discrepância entre os computadores comprados no varejo, no valor de R\$2.300,00 e o mesmo kit comprado pela FUNDEPAR, com isenção de impostos, no valor de R\$4.338,00 para o Estado do Paraná.

#### O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Com a palavra a Liderança do Governo.

(Declina)

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Ofício nº 447/98-G.P., subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, aprovado pelo Órgão Especial em sessão de 28 de agosto do corrente ano, que altera o Código de Organização e Divisão Judiciárias, em seus artigos 30 e 207, criando um cargo de Juiz do Tribunal de Alçada e

conseqüentemente um cargo de Assessor Judiciário, para auxiliar na sua judicatura. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 1566, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Pela Ordem**)

Está constando da pauta, como 3ª sessão, o Projeto de Lei Complementar nº 015/96. Ocorre que na última sessão ele já constou como 2ª sessão e não chegou a ser votada a Ordem do Dia, porque caiu a sessão. Regimentalmente, como caiu a sessão, não perdeu, na 2ª sessão, a eficiência de se constar na pauta?

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Ontem constou em 2ª pauta, e hoje está em 3ª pauta. Já foi esclarecido ao nobre Deputado.

## ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 039/98, de autoria do Deputado Aníbal Khury, que altera a redação dos incisos I e IV, do art. 2º da Lei nº 6938, de 21 de outubro de 1977, que instituiu o Fundo Paranaense de Mineração. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/98, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública o Centro Profissionalizante Rede Esperança, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Em discussão.

Em votação.

**Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Do 039 já é matéria vencida. Agora, V. Exa. pede verificação do Projeto 136, Deputado Romanelli?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Pela Ordem**)  
Estou pedindo sobre o Projeto 039/98.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Esse já foi aprovado, já está em votação o 136.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Pela Ordem**)  
Então, verificação de votação, Excelência.

O SR. DUÍLIO GENARI (**Pela Ordem**)

Chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Vai se proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

Solicito ao Senhor 1º Secretário, João Techy, que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**João Techy**)

(**Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados**).

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Responderam à chamada nominal, 17 (dezesete) Senhores Deputados.

**Não há quórum para prosseguimento da sessão.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1568, de autoria do Senhor Deputado Aníbal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1554 e 1555, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 136, 273, 283, 284 e 322/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 532 e 726/97; 228 e 279/98.

E comunico aos Senhores Deputados, que nesse período as Comissões manterão os seus trabalhos permanentes.

Levanta-se a sessão.